10º FEPEG FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Realização: Unimontes MINAS GERAIS
Apoio: FAPEMIG FADENOR
ISSN 1806-549 X

Autor(es): LENIR DE ABREU JÚNIOR, MARCO TULLIO BRAZAO SILVA, ROMILDA SÉRGIA DE OLIVEIRA

Núcleo de Informações e Estatísticas da Extensão: analisando a avaliação a partir de e indicadores para a Extensão Universitária

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender os conceitos que norteiam a avaliação das ações de Extensão Universitária no Brasil, especificamente no que diz respeito aos indicadores utilizados nesse processo, analisando seus objetivos e tendências. Para tal, uma pesquisa bibliográfica e análise documental foi realizada buscando através da análise de conteúdo o sentido dado à avaliação da Extensão Universitária e características dos grupos/entidades nacionais envolvidos no processo. Como resultados são descritos os referidos grupos, as dimensões gerais dos indicadores de avaliação das ações de Extensão Universitária no Brasil e as dificuldades que cerceiam esse tema.

Palavras-chave: extensão; avaliação; indicadores.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos parte do resultado da pesquisa realizada pelo Núcleo de Informações e Estatísticas da Extensão (NIEEx) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimmontes), para a compreensão dos conceitos que norteiam a avaliação das ações, projetos e programas da Extensão Universitária. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX), a Extensão Universitária é definida como "um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 15).

A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), apresentada pelo FORPROEX destaca que para o bom andamento desse processo complexo, há necessidade de tornar permanente a avaliação institucional das atividades como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade (FORPROEX, 2012). Além dos interesses que são próprios das instituições em monitorar e compreender as AEU, há forte necessidade de atendimento de interesses externos da sociedade, e interesses governamentais. Corroborando com esse pensamento está descrito nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que no mínimo 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País deverá ser reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas, direcionadas prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014), o que exigirá da Extensão Universitária o uso de procedimentos de avaliação, cada vez mais rigorosos, com indicadores quantitativos e qualitativos, que possam auxiliar no seu permanente aprimoramento.

Muito embora o cenário atual reflita a avaliação como mecanismo de regulação utilizado pelo Estado para controle da atividade, também se compreende que pode ser rico espaço institucional de reflexão sobre a qualidade do trabalho, seus impactos na geração de conhecimentos, na formação acadêmica e profissional de qualidade, e na capacidade de atender às demandas do entrono sócio-econômico-cultural em que a instituição se insere, justificando os esforços e recursos aplicados ou que ainda são necessários. O grande desafio dos sistemas de avaliação é percebê-la para além de uma atividade rotina, mas como fonte permanente de informação e de constante atualização da prática, possibilitando a elaboração de um conhecimento que seja útil para a universidade, bem como todos os envolvidos nos processos da extensão. (NOGUEIRA, 2013)

Material e métodos

A metodologia do presente trabalho consta de pesquisa bibliográfica e análise de documentos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão que objetivou identificar e definir o conceito de avaliação de extensão universitária, bem como os indicadores que possibilitaram a sua efetivação. A técnica utilizada para a análise dos dados foi a análise de conteúdo que é considerada "um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, mensagens, indicadores que permitam a interferência de relativos as condições de produção/recepção destas mensagens. " (BARDIN, 2009, p. 42). A análise de conteúdo visa, portanto, a valorizar o material a ser analisado considerando o que está escrito como ponto e partida para a identificação do conteúdo e seus significados.

ISSN 1806-549 X

Dentre as informações obtidas, buscou-se especificamente compilar informações que auxiliassem a identificar e compreender os órgãos responsáveis pela avaliação da Extensão Universitária no Brasil, bem como os grupos oficiais que discutem o tema, e informações acerca de indicadores de avaliação da Extensão Universitária. Tal estudo é de interesse do NIEEx pois auxilia na compreensão de formas de avaliação para a Extensão Universitária, e é relevante para a comunidade acadêmica pois demonstra os variáveis indicadores de avaliação da Extensão Universitária e esclarece os grupos oficiais que trabalham/contribuem com essa premissa avaliativa.

Resultados e discussão

A. Principais órgãos e grupos nacionais envolvidos na avaliação da Extensão Universitária no Brasil

O monitoramento e avaliação de programas e projetos de extensão é um tema que vem ocupando um espaço cada vez maior nos debates sobre planejamento e gestão de programas e projetos na área social, dadas a sua complexidade e multidisciplinaridade. Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer os principais grupos e órgãos que orientam as avaliações no Ensino Superior, que serão brevemente retratados devido a sua relevância para a Avaliação da Extensão Universitária (AEU).

O FORPROEX, apesar de uma entidade não-governamental, é formado por Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e é reconhecido como grupo de referência em assuntos relacionados à Extensão Universitária, inclusive subsidiando o Censo da Educação Superior (CES) que é uma avaliação de cunho governamental, sendo ainda responsável pela criação da PNEU, referencial teórico sobre a Extensão Universitária no Brasil. Nesse documento há o objetivo de incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas Brasileiras. O FORPROEX possui um Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, com objetivo de promover estudos e assessorar a Coordenação Nacional sobre avaliação da Extensão Universitária.

No âmbito governamental existe o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que representa o amplo sistema para as avaliações do INEP, operacionalizado sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Recentemente, a Portaria Normativa MEC nº 8, de 28 de abril de 2016, no seu artigo 7º instituiu o Indicador de Desempenho da Extensão (IDEx) a ser calculado a partir de informações obtidas junto ao CES e aos relatórios de avaliação in loco do SINAES e em seus Art. 9 e 10 ela institui o Grupo de Trabalho de Avaliação do Desempenho da Educação Superior (GTAES) para elaboração, definição de metodologia dos indicadores de qualidade da educação superior, bem como a implementação de procedimentos avaliativos para a Extensão Universitária. Fazem parte do GTAES o INEP, CONAES, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), CAPES, Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias (ForExt), dentre outros.

B. Avaliação de Extensão Universitária (AEU)

A avaliação deve ser considera como um processo transformador, que seja fonte constante de informação e atualização da prática da Extensão Universitária. Segundo Garcia (2001), a avaliação individual ou social de perspectiva privada, pública ou estatal, significa determinar o valor e a importância de alguma coisa. Portanto, para avaliar é preciso exercer o julgamento das ações, comportamento, atitudes ou realizações humanas, não importando se produzidas individual, grupal ou institucionalmente. Para o autor é necessário associar ao valor uma capacidade de satisfazer alguma necessidade humana. A avaliação, portanto, pode ser abordada de várias maneiras, mas sempre orientada por um julgamento de valor que é qualitativo, pois nem sempre os dados coletados podem ser mensuráveis de forma quantitativamente.

Cohen e Franco (1993) compreendem a avaliação como uma técnica que possibilita analisar o valor em relação a um determinado objetivo, o que permite verificar possíveis distorções durante o processo de execução de um programa, aprimorando-o e redirecionando-o para que ele venha possa alcançar os objetivos propostos. Assim, qualquer avaliação requer escolhas e tomadas de posições, eleição de determinados aspectos em detrimento de outros, bem como dimensões

a serem priorizadas. As escolhas para o processo de avaliação ocorrem pautadas por valores, que geralmente estão relacionados a seus avaliadores. A avaliação é, portanto, um fenômeno complexo e com múltiplos procedimentos.

C. indicadores de avaliação da Extensão Universitária

Indicadores da extensão universitária são definidos por Nogueira (2013) como taxas, relações, condições ou números que mostram as alterações de estado das variáveis analisadas, que são selecionadas de acordo com as dimensões abordadas no FORPROEX levando-se em conta a peculiaridade de cada instituição: 1. A política de gestão da Universidade, avaliada para apontar como a Universidade incorpora a função extensionista; 2. A infraestrutura, que informa as condições físicas e gerenciais; 3. O plano acadêmico, que analisa as possibilidades de incorporação da Extensão na vida acadêmica (participação de professores, funcionários e alunos); 4. A relação Universidade-sociedade, que revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade; 5. A produção acadêmica, que mostra os produtos e a forma de disseminação do conhecimento. As três primeiras relacionam-se com a gestão interna e as duas últimas apontam para o relacionamento com o meio externo.

Os indicadores devem ser aplicáveis e capazes de proporcionar interpretações relevantes. Eles podem ser genéricos e de aplicabilidade nacional, úteis para estabelecer parâmetros e apontar horizontes globais. Por outro lado, indicadores genéricos podem às vezes impor conceitos de qualidade que violentam as qualidades peculiares das instituições em suas diversidades jurídicas e inserção regional. Nesse sentido, a autoavaliação institucional é de grande valor, pois, com autonomia, torna-se possível edificar indicadores fundamentados na missão e identidade institucional, ampliando a possibilidade de refletirem resultados justos. Esse processo pode ser organizado em conjunto com a comunidade acadêmica e externa de cada instituição em um processo de autoavaliação democrático e enriquecedor (FELIPPE et al., 2013).

Apesar dos indicadores serem um tema amplamente discutido no FORPROEX, ainda há muito que compreender sobre os mesmos, pensando na sua eficiência, eficácia e efetividade. Um tema árido que está em constante revisão, na busca de análise que atenda a Extensão Universitária. Por isso, faz-se necessário um processo constante de avaliação e consequentemente um banco de dados, para posteriores análises e reestruturações, quando necessário. A elaboração de indicadores claros possibilita uma gestão mais eficaz relacionada aos investimentos, bem como a sobreposição de ações em determinadas áreas.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A educação superior poderá cumprir tão importante missão extensionista na medida em que conseguir de si mesma a máxima qualidade, para o qual a avaliação contínua e permanente é um valioso instrumento. Discutir maneiras de tornar o processo avaliativo uma prática da evolução da missão acadêmica e não um mero mecanismo de controle, de forma participativa e democrática, poderá ser o horizonte para definir os indicadores ideais e específicos para cada ação de Extensão, valorizando os aspectos peculiares e individuais, provavelmente possibilitando um melhor entendimento da relevância e alcance das ações a partir do uso de um número reduzido e específico de indicadores.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial** da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014..

COHEN, E.; FRANCO, E. **Avaliação de projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993. 312p.

EDUCAÇÃO, M. DA. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2016.

FELIPPE, W. et al. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES**. Itajaí: UNIVALI, 2013.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2016.

GARCIA, R. G. Subsídios para organizar avaliações de ação governamental. Disponível em: . Acesso em: 02 de nov. 2016. REZENDE, S. O. (ED.). **Indicadores e Destaques das Atividades de Cultura e Extensão Universitária (2013-2014)**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2013.